

Entre os Fólios do Livro do Gado (XVIII-XIX): Descrição Paleográfica dos Punhos dos Senhores do Brejo

Among the Folios of the Livro do Gado (XVIII-XIX): Paleographic
Description of the Fists of the Lords of the Brejo

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7i3.41588>

Elaine Brandão Santos

Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É integrante do Projeto de Pesquisa CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, desde a Iniciação científica como bolsista FAPESB, faz parte também dos projetos Vozes do Sertão em dados: histórias, povos e formação do português brasileiro e Documentos do Sobrado do Brejo Seco (Séculos XVIII, XIX e XX).

E-mail: lanyangel8@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1167-4815>

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda

Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2009), com estágio de doutoramento no Centro Linguístico da Universidade de Lisboa (CLUL/CAPES). Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pela

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (2019). Na Universidade Estadual de Feira de Santana, onde é Professora Titular, coordena o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) e o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/FAPESB) e é coeditora da revista *A Cor das Letras*. Membro do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB) e da Comissão Científica Internacional do Projeto Pombalia – Pombal Global.

E-mail: marianafag@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4335-3458>

Entre os Fólios do Livro do Gado (XVIII-XIX): Descrição Paleográfica dos Punhos dos Senhores do Brejo

Among the Folios of the Livro do Gado (XVIII-XIX): Paleographic
Description of the Fists of the Lords of the Brejo

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7i3.41588>

Elaine Brandão Santos

Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É integrante do Projeto de Pesquisa CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, desde a Iniciação científica como bolsista FAPESB, faz parte também dos projetos Vozes do Sertão em dados: histórias, povos e formação do português brasileiro e Documentos do Sobrado do Brejo Seco (Séculos XVIII, XIX e XX).

E-mail: lanyangel8@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1167-4815>

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda

Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2009), com estágio de doutoramento no Centro Linguístico da Universidade de Lisboa (CLUL/CAPES). Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pela

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (2019). Na Universidade Estadual de Feira de Santana, onde é Professora Titular, coordena o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) e o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/FAPESB) e é coeditora da revista *A Cor das Letras*. Membro do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB) e da Comissão Científica Internacional do Projeto Pombalia – Pombal Global.

E-mail: marianafag@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4335-3458>

RESUMO

Neste artigo, contempla-se a caracterização paleográfica dos punhos dos escreventes de um manuscrito de foro privado, o Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, produzido por três gerações, de duas nacionalidades distintas, portuguesa e brasileira, do último quartel do século XVIII ao terceiro quartel do século XIX. Trata-se de um testemunho linguístico relevante para os estudos da reconstrução social e linguística do português brasileiro, em especial, para a história da penetração e difusão da escrita no interior da Bahia. Para além da caracterização gráfica, abordam-se, ainda, a edição fac-similar e semidiplomática do material, suas características extrínsecas e intrínsecas e análise das abreviaturas; a contextualização sócio-histórica do referido manuscrito e o estudo sociocultural dos escreventes. Utilizou-se, como aporte teórico para esta análise, Petrucci (2003), abarcando as questões destacadas pelo referido autor – *qué?, cuándo?, donde?, como?, quién?* e *para qué?* –, perguntas essenciais àqueles que se debruçam nos estudos de testemunhos escritos de uma determinada sociedade. Este trabalho colabora com duas das pautas de pesquisas do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), realizando as agendas de constituição de *corpus* diacrônico e o estudo sócio-histórico do documento.

Palavras-chave: Português Brasileiro. Livro Contábil Rural. Cultura Escrita. Séculos XVIII e XIX. Sertão da Bahia.

ABSTRACT

In this article, we contemplate the paleographic characterization of the writers' wrists of a private manuscript, the Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, produced by three generations, of two different nationalities, Portuguese and Brazilian, from the last quarter of the century XVIII to the third quarter of the XIX century. It is a relevant linguistic testimony for the studies of the social and linguistic reconstruction of Brazilian Portuguese, especially for the history of the penetration and diffusion of writing in the interior of Bahia. In addition to the graphic characterization, the fac-similar and semidiplomatic edition of the material, its extrinsic and intrinsic characteristics and abbreviation analysis are also addressed; the socio-historical contextualization of the referred manuscript and the sociocultural study of the writers, using Petrucci (2003) as the theoretical contribution, covering the

issues highlighted by the referred author – *qué ?*, *cuándo ?*, *donde ?*, *como ?*, *quién ?* and *para qué?* – essential questions for those who study studies of written testimonies of a certain society. This work collaborates with two of the research guidelines of the Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), carrying out the agendas of constitution of diachronic corpus and the socio-historical study of the document.

Keywords: Brazilian portuguese. Rural Accounting Book. Written Culture. 18th and 19th centuries. Sertão da Bahia.

Introdução

Debruçar-se sobre o estudo de manuscritos antigos com a finalidade de buscar, no passado, elementos para a compreensão social e linguística de uma determinada língua requer todo cuidado, desde a preparação do documento à leitura do seu conteúdo. Nesse processo, destacam-se como essenciais duas ciências, para que, conforme salienta Mattos e Silva (2008), parafraseando Lass (1997, p. 45), seja possível “ouvir o inaudível” em documentações de tempos remotos.

Tais ciências referem-se à Filologia – que, em seu sentido estrito, volta-se para a reconstituição e edições textuais – e à Paleografia – responsável por investigar os aspectos extrínsecos e intrínsecos de um documento escrito em qualquer época, pois, como bem esclarece Acioli (1994, p. 6), a Paleografia “é a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e lugar em que foi redigido o manuscrito [...]”. Desse modo, a articulação dessas duas áreas do saber vem subsidiar a leitura e interpretação de um texto remanescente qualquer, favorecendo um possível retrato linguístico e sócio-histórico do período investigado.

É essa perspectiva que este trabalho percorre ao realizar o estudo paleográfico dos punhos dos Senhores do Brejo, em conjunto com a edição semidiplomática do Livro do Gado¹ do Brejo do Campo Seco, visando fornecer um material filologicamente confiável para os estudos de cunho linguístico e contribuir com a reconstrução da história social e linguística do português brasileiro, em particular, do interior da Bahia.

Vale dizer que este trabalho colabora com o Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), ao contemplar duas de suas agendas de pesquisa, destacadas por Lobo (2009, p. 306): a constituição de *corpora* e a reconstrução da história social-linguística.

O presente texto, além desta breve introdução, encontra-se organizado da seguinte forma: na seção 1, apresenta-se o *corpus* e seus aspectos extrínsecos; na seção 2, abordam-se as condições externas do documento; na seção 3, expõe-se a descrição dos aspectos paleográficos dos escreventes do manuscrito; na seção 4, coloca-se o estudo percentual das abreviaturas; na seção 5, apresentam-se os tipos de edições aplicadas ao *corpus* e, ainda, alguns exemplos, a que se seguem as considerações finais.

¹ Este material faz parte do banco de texto DOHS, do *Projeto Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro*, e do Projeto CE-DOHS – *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, que compõem o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (DLA/UEFS), parceiros do PHPB.

1. O *corpus* e suas peculiaridades

O Livro do Gado é um manuscrito de foro privado, produzido entre os períodos setecentista e oitocentista, o qual, nas palavras de Santos Filho (2012, p. 109), foi “transmitido de pai a filho, cuidadosamente conservado, como testemunho de acontecimentos, documento de transação e recordação do passado”. Tal manuscrito sobreviveu no arquivo do Sobrado do Brejo, na fazenda do Brejo do Campo Seco, no povoado de Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado, Bahia. Trata-se de um testemunho linguístico da época citada, de grande valor para os estudos sobre o processo de introdução e difusão da língua escrita no interior baiano.

Escreveram no Livro do Gado três gerações: o lusitano Miguel Lourenço de Almeida, primeiro Senhor do Brejo, em 1755, com registros até 1785; e os brasileiros Antônio Pinheiro Pinto, segundo Senhor do Brejo, que lançou apontamentos de 1794 a 1822; e Inocêncio Pinheiro Canguçu, terceiro Senhor do Brejo, que escreveu de 1822 a 1832.

O conteúdo presente no documento refere-se aos apontamentos pastoris, de campo: são registros de nascimentos, pagamentos e partilhas de animais da fazenda do Brejo do Campo Seco. Verificam-se, também, anotações referentes aos recibos de inventários.

A presença de registros dessa natureza no manuscrito está associada ao fato de o primeiro *scriptor* ter exercido a função de contador do Tribunal dos Ausentes². Dessa forma, o Livro do Gado, antes de ser usado para assentamentos pastoris, serviu para registros de custas judiciais no período de setembro de 1742 a janeiro de 1743. Tempos depois é que o livro de custas se transforma em livro de fazenda, mais especificamente na data de 8 de julho de 1755.

1.1 Os aspectos extrínsecos

O Livro do Gado possui um volume apenas, nas dimensões 305 mm x 210 mm. A capa é constituída de papelão grosso, revestida de pano de linho, na cor parda. O papel usado para a escrita é de alta gramatura, resistente, e, segundo Santos Filho (2012), de procedência europeia. Não apresenta marca d'água. Esse manuscrito é composto por 57 páginas, das quais 22 estão escritas, em sua maioria, em recto (r) e verso (v), e numeradas em algarismos arábicos no ângulo superior direito, somente nos

² De acordo com Santos Filho (2012), o primeiro Senhor do Brejo, Miguel Lourenço de Almeida, atuou como contador do Tribunal dos Ausentes, na Vila da Barra, no antigo Sertão de Rodelas, realizando registros de recibos de quantias de inventários dos “ausentes”, isto é, de falecidos da região.

rectos, seguidos da rubrica pertencente a Miguel Lourenço de Almeida. As demais páginas encontram-se em branco. O instrumento utilizado para o registro no suporte foi bico de pena. Sobre a tinta, foram encontrados vários tipos, como a orgânica e a ferrogálica, de coloração preta e vermelha, variadas em tons cinzentos, marrons e alaranjados.

No que diz respeito à descrição geral, o documento encontra-se em razoável estado de conservação. Há, em alguns fólios, manchas amareladas, corrosões e desgastes, distribuídas pelos ângulos superiores direito e esquerdo. Verificam-se, ainda, em poucos fólios, bordas levemente rasgadas, tanto no ângulo inferior quanto no superior dos fólios.

2. Panorama sócio-histórico e sociocultural do documento

A nova abordagem paleográfica, atrelada à história cultural da escrita, evidencia que, na interpretação de testemunhos escritos, não cabe limitar-se apenas à decifração dos aspectos gráficos, como se sucedeu por muito tempo; faz-se necessário abarcar, também, as condições externas de produção do documento. Essa nova forma de fazer paleografia, como destaca Castillo Gómez (2003), apresenta, então, uma metodologia pautada em seis questões delineadas por Armando Petrucci (2003) – *qué?, cuándo?, donde?, como?, quién?* e *para qué?*. Tais questões vêm proporcionar uma investigação embrenhada pelo campo social, levando-se em conta a relação entre a história, a sociedade e o sujeito que escreve. Desse modo, utilizaram-se as referidas questões para a realização do controle sócio-histórico e sociocultural do Livro do Gado, descritas a seguir.

2.1 Quando

Foi no ambiente do alto sertão baiano, dos séculos XVIII e XIX, que se compôs a história dos Senhores do Brejo. Esse período foi marcado por grandes acontecimentos, tais como o sistema de sesmarias³, a exploração de minérios e as fazendas de criação de gado – fatores que impulsionaram o surgimento de pequenas vilas e povoados nessa região. Emergiu assim o povoado de Bom Jesus dos Meira, atual cidade de Brumado, Bahia.

³ Instituído no reinado de D. Fernando I (1367-1383), o sistema de sesmaria foi um recurso para se distribuir terras e estimular o povoamento de áreas incultas ou conquistadas dos árabes. Com as capitânicas hereditárias, D. João III transferiu tal regime para o Brasil, em 1534, para dinamizar a ocupação territorial do contorno litorâneo (NEVES, 2008, p. 63-65).

Ainda sobre os aspectos demográficos, Neves (2003, p. 224) afirma, a respeito da população dessa localidade, a existência de “mais de 66% de negros e pardos, enquanto o contingente de brancos ficou no entorno de 30% e os descendentes de índios correspondendo a menos de 3%”. Diante disso, pode-se inferir que essa região, como bem destacaram Carneiro e Almeida (2006), foi um importante polo do contato entre línguas no período colonial, já que diferentes povos habitaram a referida área, como evidencia Neves (2003).

2.2 Onde

A produção do Livro do Gado ocorreu no povoado do Bom Jesus dos Meiras, especificamente na fazenda de Criação do Sobrado do Brejo do Campo Seco. A formação do referido povoado, conforme relata o historiador Erivaldo Fagundes Neves⁴, está atrelada à história de dois poderosos ruralistas: Francisco de Souza Meira e Miguel Lourenço de Almeida, “patriarcas de duas grandes proles”, que o destino se incumbiu de tornar parentes. Tempos depois da fusão dessas duas propriedades, originou-se o povoado de Bom Jesus dos Meira, atual cidade de Brumado, Bahia.

2.2.1 A fazenda do Campo Seco

Miguel Lourenço de Almeida, ao se fixar nas terras de Bom Jesus dos Meiras, construiu uma singela casa, próxima à lagoa do Brejo existente naquela região. A simples casa foi por muito tempo a morada dos Senhores do Brejo. Em 1808, Pinheiro Pinto, genro de Miguel Lourenço, de posse de muitos recursos, constrói, então, o grandioso Sobrado do Brejo do Campo Seco.

De forma geral, o Sobrado do Brejo parecia com qualquer outro da época. Era imenso, simples, com muitas janelas e desprovido de qualquer luxo. Internamente, possuía quartos, salas grande e pequena, corredores, oratório, cozinha e despensa.

Nesse espaço, os fazendeiros se dedicaram à criação de gado *vacum* e às lavouras, com plantações de milho, mandioca, feijão, arroz e, mais tarde, com o plantio do algodão.

Assim como em toda propriedade rural desse período, os africanos e seus descendentes constituíram a principal mão de obra utilizada, tanto nos afazeres domésticos quanto nos serviços

⁴ Informação extraída do prefácio do livro *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*, do autor Santos Filho (2012). Erivaldo Fagundes Neves foi o responsável pela escrita do texto introdutório no livro citado.

ligados à terra e ao pasto. Nesse sentido, os Senhores do Campo Seco possuíram muitos escravos, os quais atuaram como ferreiros, serralheiros, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, vaqueiros, dentre muitas outras funções.

Após muito tempo, o vistoso Casarão do Brejo entrou em decadência, devido à ausência de residentes. No local, restaram apenas ruínas. Atualmente, a antiga terra do Campo Seco pertence à Companhia Magnesita S.A.

2.3 Quem

Miguel Lourenço de Almeida nasceu em Camarões, freguesia de São Pedro do Almagem do Bispo, conselho de Sintra, distrito de Lisboa, Portugal, no ano de 1708, filho de José Lourenço e Domingas João. Apesar de não ser de uma linhagem nobre, seu padrinho de batismo, Dom Lopo de Almeida, pertencia à nobreza. Nesse sentido, o sobrenome “Almeida”, acrescentado pelo lusitano, veio do referido apadrinhamento.

Não se sabe ao certo quando Lourenço de Almeida pisou, pela primeira vez, na América Portuguesa. Segundo Santos Filho (2012), por volta de 1742, ele já residia na Vila da Barra, povoado do sertão de Rodelas. Nessa época, atuava como contador e capitão-general de Pernambuco, realizava várias negociações e transações a juros, gerando muita fortuna.

Em 1743, retorna para Lisboa, tendo como um dos propósitos requerer à Coroa Portuguesa⁵ o título de Familiar do Santo Ofício⁶. Em setembro de 1744, recebe o tão almejado título. Desse modo, como representante da Inquisição Portuguesa, tinha a função de vigiar e prender os hereges. Por outro lado, o posto de Familiar do Santo Ofício proporcionava vantagens, poderes, legitimidade social, além de diversos privilégios, sendo, portanto, um título ambicionado.

Em 1755, Miguel Lourenço retorna à pátria brasileira, agora sob o *status* de Familiar. Conhecido como “homem de negócios”, pela habilidade de executar boas transações, não desperdiçou tempo. Informações levantadas por Santos Filho (2012) evidenciam que, nesse mesmo ano, Lourenço de Almeida adquiriu uma grande gleba, no distrito de Vila do Rio de Contas, no sertão baiano, tornando-se proprietário rural da Fazenda do Campo Seco. Mas o que teria levado Lourenço de

⁵ A concessão da habilitação do Santo Ofício ocorreu no período em que reinava em Portugal Dom João V (1706-1750).

⁶ Nome dado àqueles que serviam ao Tribunal da Inquisição. Em 16/07/1547, D. João III, rei de Portugal, com o consentimento do pontífice Paulo III, instala o Tribunal da Inquisição, com o objetivo de encarcerar, confiscar bens e punir de morte todos os culpados de cometer heresia.

Almeida a se dirigir para as proximidades do Rio de Contas? Seria a fama lendária da abundância do ouro?

O Rio de Contas nadava em ouro, de uma maneira tal que pareciam exageradas as arrôbas de que falam os arquivos da Câmara e os próprios Compromissos das Irmandades. A moeda corrente era o ouro em pó ou em barra” “Contam os velhos que nas festas públicas, que ali se faziam pomposamente, elegiam um rei e uma rainha, para solenizar os atos e nas cabeças de ambos derramavam cartuchos de ouro em pó (SANTOS FILHO, 2012, p. 6).

O fato é que o lusitano de negócios, guiado pela lenda ou não, fixou-se na localidade citada. Casou-se, por volta de 1764, com Ana Francisca da Silva, sertaneja, natural de freguesia do Urubu, umas das mais antigas vilas da região. Segundo Erivaldo Fagundes Neves⁷, os pais de Ana Francisca chamavam-se: Micaela Maria de Jesus e José da Silva Ferreira. Após enviuvar, Micaela Maria de Jesus, sogra de Miguel, contraiu novas núpcias com José de Souza Meira, de cuja união nasceu Francisco de Souza Meira, irmão de Ana Francisca da Silva. A sua mãe morreu nove dias depois de dar à luz Francisco Meira, precisamente em outubro de 1749, quando Ana Francisca tinha nove anos de idade.

De acordo com Santos Filho (2012), Ana Francisca e Miguel Lourenço de Almeida tiveram oito filhos: Manuel Lourenço de Almeida, José Lourenço de Almeida, Micaela Maria de Jesus, Maria Francisca d’Assunção, Bibiana Maria de Jesus, Antônia Maria de Jesus, Ana Francisca da Silva e Lauriana Maria de Santo Antônio. Com exceção de uma, que morreu solteira, casaram-se todos com pessoas da própria região.

O primeiro Senhor do Campo Seco, depois de solicitar dispensa da função de Santo Ofício à Coroa portuguesa, passou a viver como criador e fazendeiro, possuiu muitos escravos e criou, em suas terras, éguas, poldros e poldras. Supõe-se que faleceu em 1785, aos 77 anos, deixando um bom patrimônio para os seus filhos e descendentes. Já Ana Francisca da Silva faleceu nos fins de 1838, na Fazenda do Brejo do Campo Seco, onde morou por muito tempo.

Antônio Pinheiro Pinto, genro do Familiar do Santo Ofício, era natural de Caetité, Bahia. Não há informações sobre os nomes de seus pais; sabe-se, apenas, que eram descendentes de portugueses e da pequena burguesia. Do pai dele não há notícia, morto que já era ao tempo. Mesmo da mãe, ainda viva na ocasião, não se guardou o nome, pois Antônio só a tratou por “minha mãe” (SANTOS FILHO, 2012, p. 33).

Casou-se com Bibiana Maria de Jesus, com quem teve dois filhos: Inocência José Pinheiro Pinto e Zeferina Maria de Santo Antônio.

⁷ Informação retirada do prefácio do livro *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo* (SANTOS FILHO, 2012).

O segundo Senhor do Campo Seco, antes de atuar como fazendeiro, ocupou o cargo de Tenente de Milícias⁸. Vivia entre a Vila de Minas do Rio de Contas, Arraial de Caetité e o Campo Seco.

Era admirável a sua visão para os negócios e o talento de fazer fortuna rapidamente. Enquanto esteve na liderança da fazenda Campo Seco, dedicou-se a várias atividades, como fazendeiro, criador de gado *vacum*, muares e cavalares – comerciados com grande rendimento –, bem como de galinhas e porcos, dos quais vendia a carne e o toucinho. Além de criador e revendedor, foi também uma espécie de capitalista, de banqueiro da região, com empréstimos de pequenas quantias a fazendeiros vizinhos e conhecidos (SANTOS FILHO, 2012, p. 35).

Nessa direção, Pinheiro Pinto trabalhou com diversos segmentos, efetuou transações importantes com o comércio de algodão, de mantimentos e de animais. Na categoria de mercador, possuiu armazém e armarinho, no qual era vendida parte da mercadoria produzida em sua fazenda. Assim, além do algodão, cultivou mandioca, arroz, feijão, milho e, ainda, a cana-de-açúcar.

Antônio Pinheiro Pinto faleceu em 1822, por consequência de ferimento provocado por arma branca, desferida por um escravo. Após o seu falecimento, o seu posto foi ocupado pelo filho, Inocêncio José Pinheiro Pinto, com 27 anos de idade, na época.

Inocêncio José Pinheiro Canguçu, terceiro Senhor das terras do Brejo do Campo Seco, nasceu em Bom Jesus dos Meiras, em 1795. Tornou-se o líder dos Canguçus, assumindo a direção dos negócios da família, após ausência paterna.

Pinheiro Canguçu casou-se com Prudência Rosa de Santa Edwirges, filha de Francisco de Souza Meira, nascida e criada na Fazenda Bom Jesus. De acordo com Souza (2014), da união nasceram onze filhos legítimos, a saber: Exupério Pinheiro Canguçu, Pedro Alexandre Pinheiro Canguçu, Leolino Pinheiro Canguçu, Zeferino Pinheiro Canguçu, Geraldina Canguçu, José Inocêncio Pinheiro Canguçu, Francisco Pinheiro Canguçu, Ermelindra Pinheiro Canguçu, Adolfo Pinheiro Canguçu, Lívio Pinheiro Canguçu e Bibiana Pinheiro Canguçu. Afirma ainda Santos Filho (2012) que o terceiro Senhor teve mais dez filhos de relações extraconjugais, tornando-se um típico patriarca povoador. Prudência Rosa faleceu em 1848, no Sobrado do Brejo do Campo Seco, treze anos antes da morte de seu marido.

No que diz respeito às transações da fazenda, Pinheiro Canguçu deu continuidade à criação de gado *vacum*, bem como à produção agrícola, mas encerrou o comércio referente ao armazém, atividade a que tanto se dedicou seu genitor. Apesar de não possuir o mesmo ritmo do pai e do avô

⁸ Em fins do século XVIII, na Vila de Rio de Contas, funcionava a Companhia do Arraial do Caetité do Regimento de Milícias da Cavalaria das Minas de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. Antônio Pinheiro foi o primeiro comandante desse órgão militar (SANTOS FILHO, 2012, p. 34).

para as negociações lucrativas, conseguiu, ainda assim, terras novas, tanto na Bahia quanto em Minas Gerais.

Apesar da imagem de aventureiro, esbanjador de energias e de capitais, tão retratada por Santos Filho (2012), o terceiro Senhor, ao que tudo indica, também possuiu o seu lado de homem ajuizado. Souza (2014) traz outro perfil, até então desconhecido, de Inocêncio Pinheiro Canguçu: o da vida na militância e na política. A autora afirma que Inocêncio Canguçu seguiu os passos do pai, ocupou um cargo militar no ano de 1836, como Tenente Comandante da Guarda Policial de Rios de Contas. A seguir, trecho da nomeação, proferida pelo juiz de direito da Comarca de Vila de Rios de Contas, extraído da referida autora⁹:

Em conformidade da lei provincial de 23 de junho, participo a vossa excelência que tenho nomeado Tenente Comandante da Guarda Policial desta Comarca ao Capitão Inocêncio José Pinheiro Canguçu. Este honrado cidadão e riquíssimo proprietário deste centro aceitou este cargo tanto por servir a nação como para particularmente [...], dizendo-me que só serviria enquanto eu fosse o chefe de polícia desta Comarca [...] (SOUZA, 2014, p. 71).

Quanto à esfera política, a sua atuação foi efêmera. Ainda segundo Souza (2014), documentos da Câmara Municipal de Caetité mostraram que Inocêncio Pinheiro Canguçu participou das eleições, concorrendo ao cargo de vereador – função que exerceu no ano de 1836 –, porém, nas eleições seguintes, não obteve êxito.

Inocêncio Canguçu faleceu em setembro de 1861, aos 66 anos, na fazenda da Ilha do Pão, em Minas Gerais. A sua morte acarretou nova e grande divisão das propriedades rurais da família.

Miguel Joaquim de Castro Mirante, conforme afirma Santos Filho (2012), teria sido um dos genros de Inocêncio Pinheiro Canguçu, o qual realizou rara escrita no Livro do Gado: apenas um registro no fólio de número 34 verso.

Na busca de novos dados acerca da biografia de Miguel Joaquim de Castro Mirante, foram consultados, no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), documentos, como um Inventário e uma ação de Embargos¹⁰, pertencentes a esse Senhor.

Tudo leva a crer que Miguel Joaquim de Castro Mirante nasceu em Bom Jesus dos Meiras – BA, em 29/09/1833. A informação da data de nascimento foi extraída do fólio 34 verso do Livro do Gado.

⁹ Luiza Campos de Souza (2014) colheu as informações sobre a nomeação de posto militar de Inocêncio Pinheiro Canguçu no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, no setor de arquivo colonial e provincial. Juizes, maço 2284.1836.

¹⁰ Documentos disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, setor de levantamento geral dos núcleos documentais. Seção judiciária, Inventário (1889/1908); Embargos (1894).

Seria ele filho de Adolfo de Castro Mirante e Firma de Castro Mirante. Casou-se com Hermelindra de Castro Mirante, conforme consta no Inventário do APEB. Apesar de Santos Filho (2012) não informar o nome da filha de Inocêncio Canguçu, a qual teria contraído enlace matrimonial com Miguel Joaquim Mirante, sabe-se que o terceiro Senhor do Campo Seco tinha uma filha chamada Hermelindra. Miguel Joaquim Mirante supostamente morou na fazenda da Lapa, na Vila de Bom Jesus dos Meiras, e atuou como capitão, fazendeiro, criador e juiz de paz.

2.4 Para quê

A finalidade do manuscrito Livro do Gado era registrar o controle dos nascimentos, da partilha e da distribuição do gado *vacum* existente na propriedade rural dos Senhores do Campo Seco. Serviu, também, de testemunho de bens na ocasião de divisas de heranças entre os familiares do Campo Seco.

A respeito da forma de lançar esses apontamentos, sobretudo o registro de controle dos animais, os Senhores do Brejo possuíam uma maneira especial. Uma forma diferente era usada para o apontamento, muito semelhante a códigos. Nesse sentido, cada sinal anotado continha uma mensagem implícita. Os referidos códigos que ilustram o Livro do Gado, em certo momento, até lembram notas musicais. Veja-se:

Figura 1 – Trecho do fólio 29 verso



Fonte: CE-DOHS/ Foto: Jorge Viana.

De acordo com Santos Filho (2012), na página do livro, os fazendeiros traçavam linhas horizontais, que abrangem quase toda a largura da folha; em seguida, no início, escreviam a data anual, expressa somente pela dezena, logo após, marcava-se uma das letras, M ou F, indicando se o animal nascido naquela data era macho ou fêmea. Ainda sobre a linha, um sinal semelhante a um ponto de interrogação indicava o início da marcação. Dando seguimento, em cima dessa linha horizontal, pequenos traços verticais eram feitos correspondendo a cada uma das crias.

Para facilitar a contagem posterior, um traço mais longo que os demais, cortado na parte superior por um travessão, semelhante a uma cruz, representava a dezena. Em alguns registros, os fazendeiros variavam o sinal. Ao invés de cruz, um traço para baixo da linha horizontal, também cortado, parecido com a haste da letra “jota”, simbolizava a dezena. A referida variação relaciona-se ao estilo do escrevente. No final de cada linha horizontal, escrevia-se um zero para referir-se ao fim da contagem. Qualquer traço escrito após o zero não teria o menor valor, não significaria mais nada.

Era comum, nessa época, fazendeiros realizarem a “partilha”. Segundo Santos Filho (2012), o termo liga-se ao modo de pagamento do vaqueiro pelos seus serviços, o qual recebia não em dinheiro, mas em crias, pelo chamado sistema de “sorte”.

O sistema de “sorte” funcionava da seguinte forma: uma em cada quatro crias nascidas no ano era dada ao vaqueiro como pagamento – isso se o regime de sorte fosse combinado ao quarto, pois poderia ocorrer também ao sexto. Esse sistema era vantajoso ao vaqueiro, pois lhe permitia juntar um bom número de animais, e, ao fim de certo tempo, adquirir terras e tornar-se criador.

Para a marcação das “sortes” dos vaqueiros da fazenda do Campo Seco, o fazendeiro desenhava um símbolo vistoso, idêntico a um florão. Por cima do traço correspondente à cria de cada quatro animais nascidos, um florão era registrado.

3. Descrição paleográfica dos punhos dos Senhores do Brejo

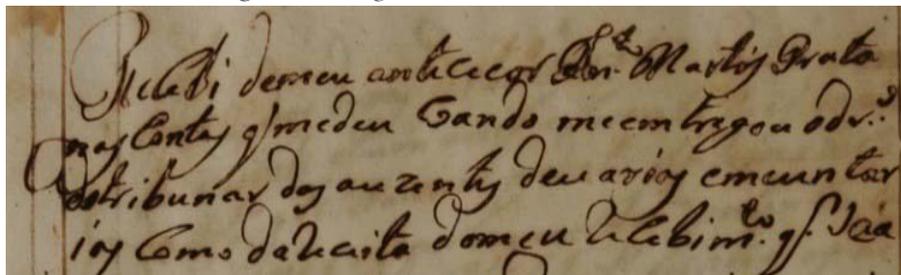
Com o objetivo de identificar, com precisão os diferentes punhos existentes nesse documento e reconhecer os aspectos dos grafemas de cada *scriptor*, foi realizada uma análise dos diferentes traços gráficos. Para a descrição das letras dos *scriptores*, utilizaram-se alguns aspectos, os quais colaboram na caracterização de uma escrita, conceituados por Cambraia (2005, p. 24) como: o *ângulo* (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita); o *ductus* (ordem de sucessão e sentido dos traços de uma letra); o *módulo* (dimensão das letras em termos de pauta); e o *peso* (relação entre traços finos e grossos de uma letra). Assim, têm-se as seguintes análises:

3.1 Estudo da escrita *scriptor* 1

O primeiro punho identificado, no Livro do Gado, pertence ao lusitano Miguel Lourenço de Almeida, denominado, neste estudo, por *scriptor* 1. Quanto à averiguação dos fólios de autoria de

Miguel Lourenço, apresentam letras arredondadas, pequenas, tombadas para a direita, sob traçados bem marcados. Há presença de laçadas, principalmente na confecção da rubrica. Verifica-se, sobretudo na consoante /d/, hastes ascendentes, ou seja, inclinadas para a esquerda; da mesma forma se comporta o /s/ longo.

Figura 2 – Imagem do trecho do fólio 2r, MLA



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Um dos traços recorrentes no estilo desse *scriptor* foi o emprego da consoante /h/ com aspecto de /E/, como também a realização do /R/ maiúsculo, que aparece sob duas formas distintas; a vogal /e/ é muito semelhante à consoante medial /c/. O /s/ longo aparece em posição tanto medial quanto final. Abaixo, algumas ilustrações:

Quadro 1 – Exemplos das ocorrências de MLA

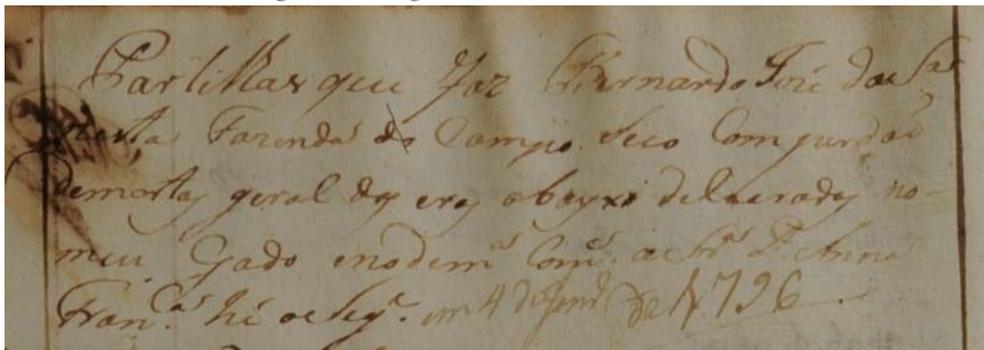
Exemplo em fac-símile	Vocábulo	Ocorrência
	<i>Hum</i>	Fol. 4v, l. 14
	<i>Recebi</i>	Fol. 2r, l. 1
	<i>Reis</i>	Fol. 2r, l. 6
	<i>Coelho</i>	Fol. 6r, l. 9
	<i>Custa</i>	Fol. 3r, l. 13
	<i>cauzentes</i>	Fol. 3r, l. 12

Fonte: elaboração própria.

3.2 Estudo da escrita do *scriptor* 2

A segunda mão identificada no manuscrito corresponde a Antônio Pinheiro Pinto, denominado, nessa análise, de *scriptor* 2. Quanto às suas letras, têm características arredondadas, traçado pesado, são inclinadas para a direita e apresentam módulo pequeno. Há também a presença, como no *scriptor* 1, de hastes ascendentes em algumas consoantes, como em /d/. Há o uso de laçadas.

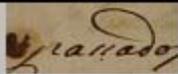
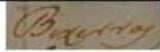
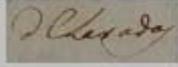
Figura 3 – Imagem do trecho do fólio 29 v, APP



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Sobre características ortográficas desse *scriptor*, observa-se que a consoante medial /z/ assemelha-se à consoante /x/. A consoante maiúscula /V/ lembra o /N/ maiúsculo. Faz uso de /s/ longo em posição final dos vocábulos, conforme exemplos a seguir:

Quadro 2 – Exemplos das ocorrências de APP

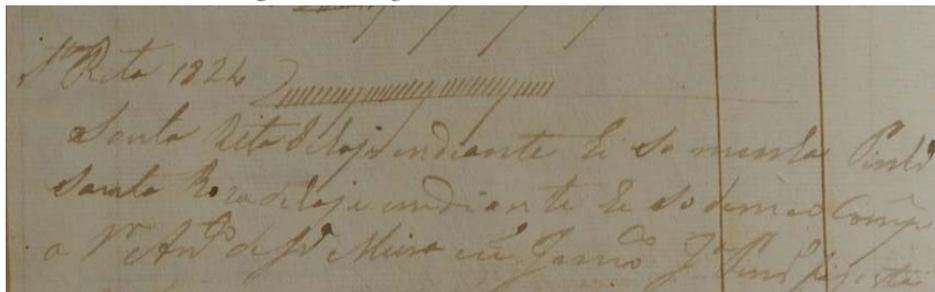
Exemplo em fac-símile	Vocábulo	Ocorrência
	<i>passado</i>	Fol. 1r, l. 2
	<i>Bezerros</i>	Fol. 30v, l. 2
	<i>declaradas</i>	Fol. 29r, l. 2
	<i>Vira</i>	Fol. 30r, l. 23

Fonte: elaboração própria.

3.3 Estudo da escrita do *scriptor* 3

O terceiro punho identificado trata-se de Inocêncio Pinheiro Canguçu, o qual foi nomeado de *scriptor* 3. Quanto às suas peculiaridades gráficas, verifica-se que a letra é, também, arredondada, com inclinação para a direita, de módulo pequeno e apertada. Diferente dos punhos anteriores, possui traçado leve.

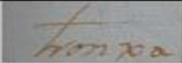
Figura 4 – Imagem do trecho do fólio 31v, IPC



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Nota-se, ainda, que a letra /t/ é bem marcante, lembra uma cruz; a vogal /I/ maiúscula confunde-se com a consoante maiúscula /J/, aspecto que era comum no período da Idade Média, como destaca Higounet (2003, p. 105): “Os escribas da Idade Média, tanto quanto os latinos, não distinguiram *i* e *j*, e *u* e *v*”. Algumas imagens das ocorrências:

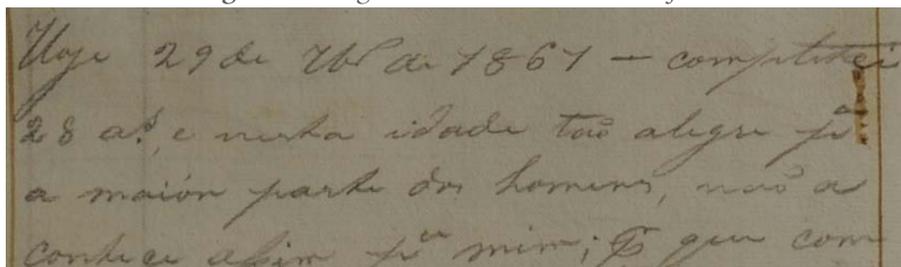
Quadro 3 – Exemplos das ocorrências de IPC

Exemplo em fac-símile	Vocábulo	Ocorrência
	Tronxa	Fol. 31r, 1.5
	Inocência	Fol. 33v, 1.1

Fonte: elaboração própria.

Apesar de o Livro do Gado ter sido produzido por três Senhores, foi encontrada, entre os fólios examinados, uma quarta mão, pertencente a Miguel Joaquim de Castro Mirante, *scriptor* 4. Ficou constatado apenas um único registro, confirmado por sua rubrica, apresentada no fólio de número 34 verso. Sua caligrafia, apesar de ser arredondada e angulada para a direita, distingue-se claramente das demais, por apresentar uma letra miúda, mais apertada e comprida verticalmente. Quanto ao peso de sua escrita, apresenta traçados leves. Verifica-se:

Figura 5 – Imagem do trecho do fólio 34v, MJCM



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Da observação geral sobre as características do manuscrito, pode-se afirmar que a escrita que predomina no texto é a cursiva¹¹, isto é, corrente. Essa modalidade de escrita tem como característica as letras unirem-se umas às outras, por conta da rapidez ao escrever e do costume de não levantar a mão durante o ato da escrita.

A escrita cursiva derivou-se da chamada escrita humanística ou itálica. De acordo com Acioli (1994), o tipo de letra humanística passou a ser usada a partir do século XV, quando os renascentistas resolveram reagir contra a escrita gótica, entrando essas duas modalidades de escrita em competição, de fato, no século XVI. A respeito das características dessa letra itálica, Acioli (1994, p. 40) ressalta que “é bem traçada, sendo arredondadas as suas formas, tendo-se disseminado por toda a Europa [...]. É uma escrita minúscula persistindo, contudo, o uso de maiúsculas Capitais no início dos textos ou de parágrafos”. Entre os séculos XVIII e XIX, já não se fazia mais o uso da humanística, mas de uma cursiva de leitura fácil e corrida (ACIOLI, 1994, p. 62).

4. O estudo das abreviaturas

Segundo Acioli (1994), o termo abreviatura vem da palavra grega *braquigrafia*, em que *braqui* significa “curto” e *graphien* refere-se a “escrever”, resultando em “escrever curto”. A vertente¹² tradicional que busca explicar a origem latina desse sistema afirma que ele deriva de três maneiras de abreviar as palavras, as quais eram utilizadas pelos romanos, a saber: as siglas, as notas tironianas e as *notae juris*.

Utilizada desde o Império Romano, essa forma abreviada de escrever tinha o propósito de poupar tempo e material, que, muitas vezes, era de difícil acesso, como consta na passagem a seguir:

¹¹ Sobre os períodos e tipos de escrita, ver Acioli (1994), Spina (1994).

¹² Existem duas correntes que buscam explicar a origem do sistema braquigráfico medieval, a tradicional e a de origem bíblica, esta última, defendida pelo paleógrafo alemão Traube. Ver Acioli (1994).

Os calígrafos de todos os tempos, mas de modo especial os da Idade Média, quer para poupar espaço, devido à escassez de materiais de base e de registro, quer por economia de tempo, fizeram uso de um completo sistema de abreviaturas, siglas e das chamadas notas tironianas, prática que permaneceu após aquele período (FLEXOR, 2008, p. 12).

Essa prática tornou-se constante. As abreviaturas eram empregadas de tal forma que se chegou a um limite em que não se entendia nada do que estava escrito. Devido ao modismo de abreviar palavras que se alastrou durante os séculos XII e XIII, foi necessária a intervenção do Senado e dos imperadores, proibindo tal uso. Contudo essa forma de escrever volta a surgir no período do Renascimento, dando continuidade ao hábito (SPINA, 1994).

Apesar desses impasses, as abreviaturas continuaram se perpetuando e podem ser vistas em manuscritos históricos de várias especificidades e épocas. Analisá-las colabora na compreensão do contexto social e da linguagem de determinado período.

Sobre a sua classificação, é possível encontrar denominações diferenciadas para o mesmo termo, a depender do autor:

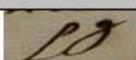
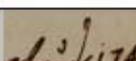
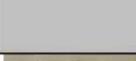
Abreviatura por sigla consiste em representar a palavra pela sua letra inicial [...] a sigla foi o processo mais antigo de abreviação por supressão ou apócope. As abreviaturas por apócope em que se verifica a supressão de elementos finais do vocábulo. As abreviaturas por síncope formam-se mediante a supressão de elementos gráficos do meio do vocábulo (SPINA, 1994, p. 50-51).

Suspensão ou Apócope: corta-se o final da palavra ou final da sílaba, que, assim fica inacabada. Contração ou Síncope: a palavra é composta de elementos do início e fim da palavra. Letras sobrescritas: uma pequena letra é inscrita por cima da abreviatura (BERWANGER; LEAL, 2012, p. 92-93).

Outro tipo de abreviatura é a chamada Mista, que, apesar de não ser classificada por muitos autores, é também utilizada. Essa forma é entendida quando há mescla de abreviaturas, sendo comum a sua ocorrência, principalmente, quando acompanhada de numerais.

O Livro do Gado evidencia, em seus fólios, várias abreviaturas. Foi necessário o seu desdobramento para alcançar, com maior clareza, o seu conteúdo e segurança na identificação dos vocábulos. Optou-se, neste estudo, pelas definições dos autores Ana Regina Berwanger e João Euripedes Franklin Leal (2012) para a tarefa de classificação. Quanto ao uso do tipo Mista, seguiu-se o modelo aplicado por Lose (2009). Os tipos de abreviaturas encontrados podem ser vistos, a partir de alguns exemplos, a seguir:

Quadro 4 – Amostras de abreviaturas encontradas no *corpus*

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Fólio/Linha
	D.	Dona	Apócope	8v, l. 19
	F	Fêmea	Apócope	8v, l. 3
	Je.	José	Síncope	12r, margem
	Pg	Pago	Síncope	4r, l. 13
	Comp.º	Compadre	Sobrescrito	13r, l. 11
	Drº	Dinheiro	Sobrescrito	2r, l. 8
	8brº	Outubro	Mista: letra sobrescrita e numeração arábica	3r, l. 8
	7brº	Setembro	Mista: letra sobrescrita e numeração arábica	3r, l. 1

Fonte: elaboração própria.

4.1 O percentual das abreviaturas

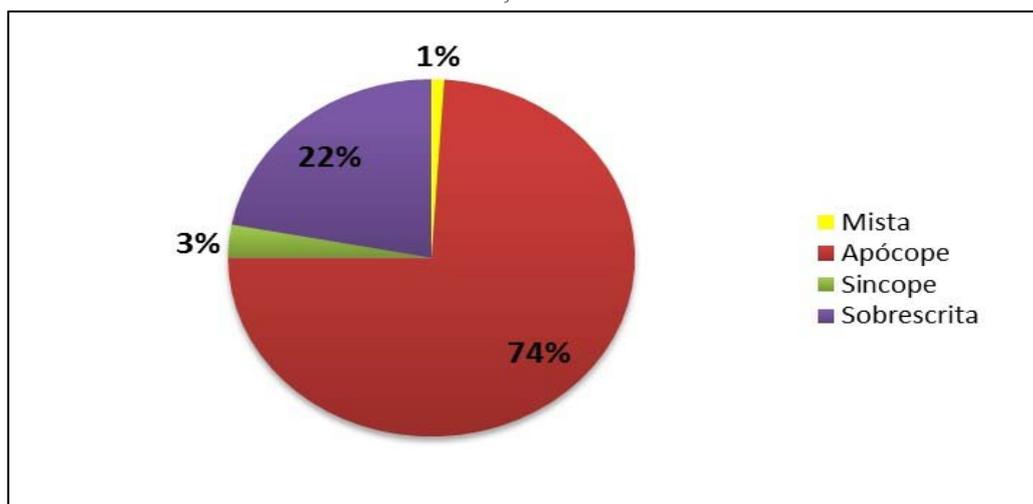
Esse estudo abreviativo teve como propósito verificar qual dos *scriptores* mais fez uso desse recurso. Propôs, aqui, observar também com qual classe gramatical ocorria cada tipo abreviativo. Para isso, realizou-se uma contagem precisa das abreviaturas, a partir do uso da ferramenta GoldVarb X¹³, com a intenção de calcular, somente, a porcentagem das ocorrências, isentando-se de um estudo quantitativo apurado com o peso relativo, real função desse programa.

O estudo percentual foi feito através do levantamento das abreviaturas, classificando-as em Apócope, Síncope, Sobrescrita e Mista. Em seguida, observou-se a classe gramatical: advérbio,

¹³ O Goldvarb X é um programa computacional estatístico, específico para análise de dados sociolinguísticos. Essa ferramenta permite trabalhar com grandes números de dados, fornecendo resultados eficazes e seguros. O referido programa é uma versão do Goldvarb 2001, desenvolvido na Universidade de Nova York, pelo Departamento de Língua e Linguística em parceria com o Departamento de Ciências da Computação. Seu idealizador foi Steve Harlon. <www.slideshare.net/dianapilatti/trabalhando-com-goldvarb2001>.

conjunção, nome próprio, nome comum, pronome, preposição, numeral ou verbo. Cada *scriptor* foi sinalizado pelo próprio nome: Miguel Lourenço de Almeida (MLA); Antônio Pinheiro Pinto (APP); Inocência Pinheiro Canguçu (IPC); e Miguel Joaquim de Castro Mirante (MJCM). Após a seleção desses três grupos, os dados foram rodados pelo programa Goldvarb X, com o objetivo de verificar a porcentagem global, por classe gramatical e por *scriptores*. A seguir, os resultados:

Gráfico 1 – Classificação Geral das Abreviaturas.



Fonte: elaboração própria.

Dos 1.121 dados, verificou-se que a ocorrência de abreviaturas do tipo apócope é a mais frequente, ocupando o 1º lugar, com 74%, seguido de sobrescrita, com 22%; síncope, com 3%; e mista, com apenas 1%. Sendo assim, a abreviatura do tipo apócope foi recorrente no manuscrito dos Senhores do Campo Seco, e um aspecto que contribuiu para tal resultado foi a grande quantidade de abreviaturas do tipo M e F utilizados para registrar o sexo (macho ou fêmea) do animal, com a finalidade de controlar a criação de gado. Segue a distribuição das abreviaturas por tipo e classe gramatical:

Tabela 1 – Distribuição das abreviaturas por classe gramatical

Classe Gramatical	Tipos de Abreviaturas			
	Apócope	Síncope	Sobrescrita	Mista
Nome comum	794 90%	10 1%	73 8%	6 1%
Nome próprio	9 6%	13 9%	128 85%	–
Conjunção	29 100%	–	–	–
Advérbio	–	2 67%	1 33%	–
Preposição	–	–	17 100%	–
Pronome	–	3 10%	28 90%	–
Numeral	1 14%	3 43%	3 43%	–
Verbo	1 100%	–	–	–
TOTAL	834	31	250	6

Fonte: elaboração própria.

Na categoria classe gramatical, conforme tabela acima, dos 834 dados registrados de apócope, 794 foram de nome comum, 29 de conjunção, 9 de nome próprio, 1 de numeral e 1 de verbo. Nas 250 abreviaturas do tipo sobrescrita, 73 são de nome comum, 28 de pronome, 17 de preposição, 3 de numeral e 1 de advérbio. Em relação aos 31 dados de síncope, 10 são da classe nome comum, 13 de nome próprio, 2 de advérbio, 3 de pronomes e 3 de numeral; não houve ocorrência com verbo, preposição nem conjunção. Sobre a abreviatura de natureza mista, todas as ocorrências foram de nome comum.

Tabela 2 – Abreviaturas distribuídas por *scriptores*.

Scriptores	Tipos de Abreviatura			
	Apócope	Síncope	Sobrescrito	Mista
	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %
Antônio Pinheiro Pinto	507/609 83%	6/609 1%	96/609 16%	–
Miguel Lourenço de Almeida	275/417 66%	21/417 5%	117/417 28%	4/417 1%
Inocência Pinheiro Pinto	50/84 60%	4/84 5%	29/84 35%	1/84 1%
Miguel Joaquim de Castro Mirante	1/10 10%	–	8/10 80%	1/10 10%

Fonte: elaboração própria.

Sobre a distribuição por escreventes, percebe-se que o *scriptor* Antônio Pinheiro Pinto foi o que mais fez uso das formas abreviativas, totalizando 609 casos de formas abreviadas, seguido do *scriptor*

Miguel Lourenço de Almeida, com 417, e do *scriptor* Inocêncio Pinheiro Pinto, que realizou 84 dados. Já o *scriptor* Miguel Joaquim de Castro Mirante registrou, apenas, 10 dados.

Apesar de o *scriptor* Miguel Lourenço de Almeida ter realizado mais anotações no Livro do Gado, por conta de lançar registros tanto na função de contador do Tribunal dos Ausentes quanto como fazendeiro, foi no *scriptor* Antônio Pinheiro Pinto que predominou o emprego abreviativo. O quarto punho, ou seja, Miguel Joaquim de Castro Mirante, foi quem menos apresentou ocorrências, o que é justificável, já que não escreveu continuamente no documento como os demais *scriptores*.

5. As edições

Para o tratamento filológico do *corpus*, foram aplicados dois modelos de edições: a fac-similar e a semidiplomática. O primeiro, Borges esclarece (2012, p. 33), é “a simples reprodução fotográfica, transferindo-se a imagem do documento para o meio digital, ou convertendo a imagem ou sinal dialógico para o código digital, realizando-se a digitalização dos textos”.

O fac-símile do Livro do Gado foi coletado¹⁴ através do método fotográfico denominado Lapelinc¹⁵. Tal ferramenta foi elaborada pelo Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus – Lapelinc, da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, Bahia. Trata-se de uma forma específica de fotografar, que tem por finalidade efetivar a transposição de documentos manuscritos em papel para o formato digital, para que, após isso, sejam disponibilizados em bancos de *corpora* eletrônicos.

O segundo tem como característica preservar a originalidade do texto, uma vez que possui um grau moderado de intervenção, permitindo o desdobramento das abreviaturas, a fim de facilitar a leitura do documento. Quanto aos critérios empregados na transcrição, foram aplicadas as normas do PHPB¹⁶, que são critérios filológicos bem definidos com a intenção de conservar as características textuais.

¹⁴ As imagens do Livro do Gado foram capturadas entre os dias 10 e 11 de novembro de 2012, na cidade de Campinas – São Paulo, na residência do Sr. Lycurgo Santos Neto, guardião dos livros e papéis da Fazenda do Sobrado do Brejo do Campo Seco, por Jorge Viana, juntamente com a coordenação dos projetos de pesquisas *Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro* e *CE-DOHS Corpus Eletrônicos de Documentos Históricos do Sertão*.

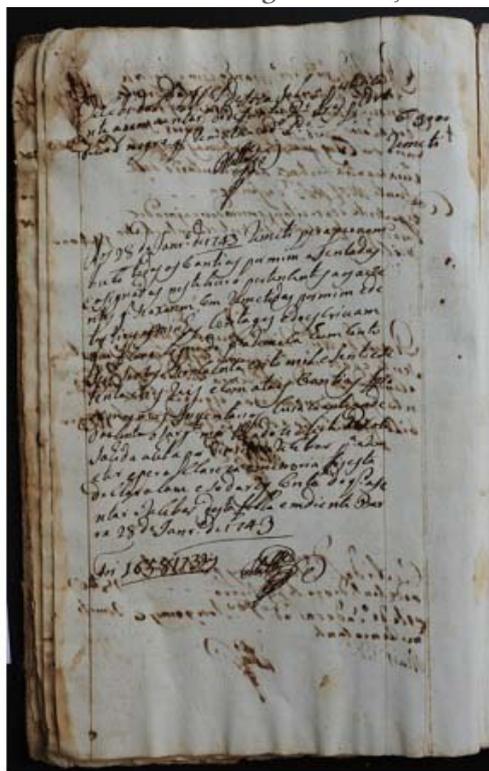
¹⁵ Sobre o método Lapelinc, ver Santos e Brito (2014); Brito (2015).

¹⁶ As normas utilizadas no processo de transcrição do Livro do Gado podem ser consultadas no trabalho de Mestrado, realizado por Santos (2019), intitulado *O Livro do Gado do Brejo do Campo Seco (Bahia): Edição Semidiplomática e Descrição de Índices Grafo-fonéticos*.

5.1 Algumas amostras

Expõem-se, nesta subseção, algumas ilustrações das edições, com as imagens do manuscrito já recortadas do método Lapelinc. Os exemplos a seguir correspondem ao fólio 7 verso, pertencente ao *scriptor* Miguel Lourenço de Almeida; ao fólio 50 recto, de autoria do *scriptor* Antônio Pinheiro Pinto; e ao fólio 34 verso, pertencente a dois diferentes *scriptores*: Inocência Canguçu, com a escrita que abrange até a linha 5, e, a partir da linha 6, tem-se a presença do punho de Miguel Joaquim de Castro Mirante. Observa-se:

Figura 6 – Edição fac-similar e semidiplomática do Fólio 7 verso



[fol. 7v]

Recebi do Padre Manuel desoza silva pertence nte aoemventario dodefunto Doutor fres Pedro de[ilegível] negro que Rematou o [senhor] Padre 69000

Remeti

Miguel Lourenço de Almeida

- 5 Aos 28 de janeiro de 1743 Remeti para pernambuco todas as Cantia por mim asenladas Cosignad as nes telivro pertencentes a os aizes ntes que se a xarem em Remitidas por mim edetas tires as minhas contages e doescrivam
- 10 que ficara siguido para a remeca hum cento seis [.]sento sincoenta eoit mil e sento esetenta e tres reis ecom atais Qantias foros mesmos Inventarios cuja Qantiaedar conta o sargento mor Theodori Leite Pexotosahida aheita por [ilegível] receber para aRemetir epera clareza em inoria fiz esta declaracam e sodares conta do que asentar e receber desta folha emdiante Bar
- 15 ra 28 de Janeiro de 1743
- 20 Foi 1658173 ris Miguel Lourenço de Almeida

Fonte: CE-DOHS/Foto: Jorge Viana.

registro de nascimento de gado *vacum* no ano de 1829, lançado pelo *scriptor* 3, bem como uma escrita de cunho pessoal feita pelo *scriptor* 4.

Diante do exposto, nota-se como o Livro do Gado possui uma gama de informações. Apesar de ser um documento contábil rural, seus fólios abordam desde a rotina da fazenda do Campo Seco a assuntos de custas judiciais. Gênero textual produzido no cotidiano, esses escritos “[...] baseiam-se num esquema simples: o da vida de cada dia em seu ritmo, seus mais prosaicos aspectos materiais, suas atividades mais comuns, registradas numa escritura elementar, em fórmulas que se repetem” (FOISIL, 2009, p. 324) – assim é o Livro dos Senhores do Brejo.

Considerações finais

Embrenhado pelos campos filológicos e paleográficos, este trabalho tem como propósito divulgar uma edição fidedigna do Livro do Gado dos Senhores do Brejo do Campo Seco para os investigadores da língua e da história. Um documento que traz o retrato de mais de 200 anos de uma Bahia ruralista, e de grande relevância para a investigação de sincronias passadas do português brasileiro, sobretudo para o conhecimento da penetração e difusão da língua escrita, bem como do contexto escolar do interior baiano das épocas setecentistas e oitocentistas.

Referências bibliográficas

- ACIOLI, Vera Lúcia. Costa. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. Recife: FUNDAJ Editora Massangana; UFPE, Editora Universitária, 1994.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 4. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012.
- BRITO, Giovane Santos. **Do Texto ao Documento Digital: transposição fotográfica de documentos manuscrito histórico para formação de corpora linguísticos eletrônicos**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.
- BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e Edição de Texto. *In*: BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de; MATOS, Eduardo Silva Dantas *et al.* (Orgs.). **Edição de Texto e Crítica Filológica**. Salvador: Quarteto Editora, 2012.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (Coord.). **PROJETO Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro**. Disponível em: <www.uefs.br/nelp>. Acesso em: 20 jun 2020.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; OLIVEIRA, Mariana Fagundes de (Coords.). **PROJETO CE-DOHS: Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão**. Disponível em: <www.uefs.br/cedohs>. Acesso em: 20 jun 2020.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. *In*: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide (Orgs.). **Para a História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- CASTILLO GÓMEZ, Antônio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista brasileira de história da educação**, n. 5, p. 93-124, 2003.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. *In*: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Org.). **História da vida privada: Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3. p. 331-369, 2009.
- HIGOUNET, Charles. **História concisa da Escrita**. 10. ed. São Paulo: Parábola, 2003.
- LOBO, Tânia Conceição Freire. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. *In*: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão Fernandes; SOLEDADE, Juliana (Orgs.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009.

- LOSE, Alicia Duhá *et al.* **Edição diplomática do Dietario das vidas e mortes dos Monges, q' falecerão neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Príncipe dos Patriarchas S. Bento.** Salvador: Mosteiro de São Bento; Edufba, 2009.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. Ouvir o inaudível. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 7-26.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio um estudo de história regional e local.** 2. ed. ver. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: Editora UEFS, 2008. p. 63-65.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850).** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura.** Primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.
- SANTOS, Elaine Brandão. **O Livro do Gado do Brejo do Campo Seco (Bahia): Edição Semidiplomática e Descrição de Índices grafo-fonéticos.** Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- SANTOS, Jorge Viana; BRITO, Giovane Santos. Fotografia técnica de documentos para a formação de corpora digitais eletrônicos: o método desenvolvido no Lapelinc. **Letras & Letras**, v. 30, n. 2, p. 421-30, 2014.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX.** Salvador: UEFS; Fundação Pedro Calmon, 2012.
- SOUZA, Luiza Campos. **Conflito de Família e Banditismo Rural na Primeira Metade do Século XIX: Canguçús e “Peitos Largos” contra Castros e Mouras nos Sertões da Bahia.** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: crítica textual.** 2. ed. São Paulo: Ars Poética; Editora da Universidade de São Paulo, 1994.